

25 FEV 1986

POLÍTICA



OS EMPRESÁRIOS E A CONSTITUINTE

A classe empresarial não abre mão do princípio da livre iniciativa, mas, desunida, não se entende em torno de convicções. E quer eleger muitos representantes.

O maior problema é o fato de a classe ser muito heterogênea. Mas não é por causa de um detalhe que os empresários de São Paulo estão deixando de se preocupar com um assunto que interessa por unanimidade a todos eles: como participar na Constituinte e eleger um número significativo de políticos comprometidos com a defesa da iniciativa privada. De modo geral, o que todos querem é que na nova Constituição sejam mantidos do ponto de vista econômico, o direito à propriedade privada e a economia de mercado — e consequentemente limitada a intervenção do Estado nessa área.

Na prática, quem até agora procurou resumir as aspirações do empresariado para a Constituinte foi o presidente da Fiesp, Luis Eulálio Bueno Vidigal, que integra a comissão de personalidades escolhidas para apresentar sugestões para a nova Carta. Num texto de 37 páginas elaborado há um ano com o auxílio do departamento jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ele apresenta uma série de propostas e deixa claras algumas de suas preocupações: a necessidade de se optar abertamente pela economia de mercado "devido à proposta socializante que se difunde pelo País" e de delimitar a atuação do Estado "porque vem sufocando a iniciativa privada".

Entre as várias propostas apresentadas, Vidigal defende uma reserva de mercado com prazo determinado para setores da economia brasileira pouco desenvolvidos, condena a "co-gestão" nas empresas e defende o direito de greve e lock-out (greve de patrões), "com exceção dos serviços públicos e atividades consideradas essenciais". Além de tratar detalhadamente das questões econômicas, o presidente da Fiesp não deixa de fazer sugestões no campo político. Propõe o regime presidencialista mas reserva ao presidente um poder moderador "para que ele seja afastado do desgaste do dia-a-dia do governo". Nesse caso, o Poder Executivo seria exercido por um ministro coordenador nomeado pelo presidente e exonerado por ele ou pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

Tantos detalhes sobre o perfil de uma nova Constituição não fazem parte da discussão do empresariado de São Paulo, até o momento, embora muitos concordem com a necessidade de entrar no assunto. Um exemplo é o extenso número de solicitações que o diretor do departamento jurídico da Fiesp, Ruy Martins Altenfelder Silva, tem recebido para fazer palestras em várias delegacias da Fiesp no Interior e na Grande São Paulo.

Previsão sombria

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, tem críticas ao clima político que se está criando em torno da Constituinte: "Estão sendo feitas ameaças de alianças que podem levar ao radicalismo". Ele considera que "uma possível pola-

rização de esquerda", que poderia ocorrer em função de alianças políticas seria resultado de "uma chantagem que passa pelo Palácio das Laranjeiras". Mas Afif se diz "estimulado" se tiver de disputar espaço com a esquerda na eleição de novembro.

O empresário Firmino Rocha de Freitas, presidente da Abinee (Associação Brasileira das Indústrias Eletro-Eletrônicas), não acredita nem que exista "um avanço, um crescimento de partidos de esquerda para disputar a Constituinte" a ponto de tirar o sono do em-

presariado. "Eles estão apenas se organizando com a abertura democrática. O que talvez fique em maior evidência entre os grupos de esquerda na disputa da Constituinte é um discurso mais agressivo, pelo único motivo de eles terem um projeto político definido." Mais

desconfiado, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, admite que há uma preocupação entre vários empresários quanto a uma polarização ideológica na eleição da futura Constituinte. Na sua área ele considera alarmante, por exemplo, "a

invasão de terras ou o bloqueio de estradas, um desafio para o Estado de Direito".

Mas, embora estejam atentos ou preocupados com a Constituinte, os empresários paulistas evitam falar de candidaturas específicas para defender seus interesses. Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico e visto como um empresário alinhado com o setor progressista, comenta que o empresariado se dividirá na próxima eleição entre "nomes mais liberais ou conservadores, apoiando políticos como Delfim Neto e Paulo Maluf". O problema, segundo ele, é justamente o fato de a classe ser muito dividida: "Além dos nomes dos políticos tradicionais, não tenho notícias de uma candidatura que esteja sendo preparada".

Corporativismo

Afif Domingos, apontado como provável candidato à Constituinte, não quer confirmar se irá ou não entrar na disputa e tem dito que ainda não encontrou um partido que o agrade. Mas faz suas críticas ao comportamento do empresariado e cita exemplos: "Os empresários estão tendo uma atitude vesga porque pretendem eleger pessoas que representem seus interesses como se defendessem o corporativismo. Os representantes do material ferroviário querem eleger alguém da área, os representantes da sociedade civil também".

Segundo Afif, a maioria se comporta como porta-voz apenas de suas conveniências, quando um constituinte preza defender convicções. "Talvez o empresariado não tenha percebido que sua imagem parece a do Zé das Medalhas ou do Sinhozinho Malta, personagens da novela 'Roque Santeiro', preocupados apenas com seus interesses", ironizou.

"Tenho ouvido muitos discursos pregando a mobilização do empresário para a eleição da nova Constituinte. Acho, entretanto, que o mais importante antes de mais nada é trabalharmos para alterar a imagem que a classe empresarial tem perante a opinião pública."

Por enquanto, como outros representantes de sua classe, Afif Domingos "é cético quanto à união empresarial a não ser no que se refere a questões de defesa da iniciativa privada". "É uma utopia afirmar que existe unidade entre empresários."

Para ele, a busca pelo poder acaba deturpando a imagem do empresariado.

Embora se evite abordar o assunto, comenta-se entre pessoas que circulam no meio empresarial que muitos integrantes da classe estariam reservando "caixinhas" para eleger seus candidatos. No fim do ano passado, o presidente da Fiesp, Luis Eulálio Bueno Vidigal, negou a existência de um fundo de Cr\$ 4 trilhões destinados a eleger representantes de empresários na Constituinte.

Vera Cecília Dantas